



ISSN: 2230-9926

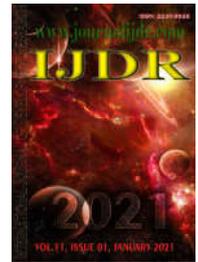
Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 01, pp. 44046-44053, January, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20966.01.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## PLANEJAMENTO E A GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE TERESINA-PIAUI: ANÁLISES DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA 2030 DO PPA 2018 A 2021

\*Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda and Gilson Barbosa de Sousa

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/BRASIL)

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 28<sup>th</sup> October, 2020

Received in revised form

20<sup>th</sup> November, 2020

Accepted 09<sup>th</sup> December, 2020

Published online 30<sup>th</sup> January, 2021

#### Key Words:

Planejamento urbano. Plano Plurianual.

Participação. Teresina.

\*Corresponding author:

Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

### ABSTRACT

O presente artigo versa sobre as questões que envolvem a construção do planejamento e a gestão urbana. Tendo como recorte o município de Teresina capital do Estado do Piauí, onde analisamos como vem ocorrendo a participação da sociedade civil na elaboração do planejamento, tendo como premissa que a participação popular deve ter prioridade no processo de planejamento. A Gestão Pública de Teresina vem se esforçando na busca pela construção de uma agenda onde os espaços públicos sejam pensados socialmente e ambientalmente de forma mais sustentáveis. Nesse contexto analisamos os encaminhamentos da administração Municipal no processo de construção do Planejamento e Gestão urbana, com foco na Agenda 2030 e o Plano Plurianual (PPA 2018–2021). O nosso estudo tem como perspectiva operacional a pesquisa bibliográfica, documental, observações diretas, etc.; realizando uma interpretação quantitativa.

Copyright © 2021, Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda and Gilson Barbosa de Sousa. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda and Gilson Barbosa de Sousa, 2021. "Planejamento e a gestão Urbana do município de teresina-piauí: análises dos processos de construção da agenda 2030 do ppa 2018 a 2021", *International Journal of Development Research*, 11, (01), 44046-44053.

## INTRODUCTION

O planejamento urbano vem sendo crescentemente debatido, nesse sentido no presente estudo pretendemos identificar como o mesmo vem ocorrendo no município de Teresina, os avanços e retrocessos dos planejamentos pensados para a cidade, fazendo uma análise dos planos diretores ao longo do tempo, chegando ao enfoque para agenda de compromissos 2030 e PPA 2018-2021. A cidade de Teresina surgiu em posição geográfica privilegiada, numa comunidade chamada Vila do Poti, localizada no encontro dos rios Parnaíba e Poti. No ano de 1832 foi desmembrada das antigas vilas de Campo Maior e de Valença, na seqüência, no dia 20 de julho do mesmo ano, pela lei provincial nº 140, a sede do município foi transferida da Vila do Poti para a Nova Vila do Poti, local em que hoje se encontra o centro tradicional da cidade, na sua gênese apresenta aspectos voltados a um crescimento que favorecesse o comércio entre Caxias e São Luís. Ao longo de sua História os problemas urbanos foram se avolumando, até porque os instrumentos legais de planejamento urbano no Brasil, sempre careceram de melhor definição, situação que se altera com a constituição de 1988. Nesse contexto o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 04 (quatro) anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade pensada e planejada. Em Teresina além do PPA, a criação da Agenda 2030 vem tomando corpo, cuja ideia principal é a construção de um plano de ação e de um planejamento participativo capaz de promover o desenvolvimento sustentável na cidade, desenvolvendo uma proposta voltada para a promoção da sustentabilidade do meio urbano, ao propor uma reflexão sobre a cidade que temos, e a cidade que pretendemos ter no futuro. Nessa perspectiva nosso trabalho busca compreender se o caminho que a administração Municipal de Teresina, vem traçando, se enquadra nesse novo contexto sociopolítico, onde os gestores locais estão frequentemente, buscando novas formas de enfrentar os problemas urbanos, observando, de um lado, a sustentabilidade ambiental e, de outro, as condições socioeconômicas de sua população, através da criação de mecanismos que, de alguma forma, estabeleçam um contato maior com a realidade urbana e com a população. O Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/2001) revela diretrizes gerais de política urbana elencadas em seu artigo 2º, inciso II, Gestão democrática municipal. Que disponibiliza a participação popular na definição das tutelas jurídico-políticas municipais relativas ao aspecto orçamentário-financeiro e ao planejamento urbano. Assim o Estatuto da Cidade instituiu instrumentos eficazes para induzir o Poder Público a agir com maior transparência, tendo em vista a participação dos atores sociais nas decisões políticas municipais. O planejamento urbano possui importante papel na produção do espaço urbano, visto que regulamenta e permite determinadas ações e decisões na cidade, as quais encadearão em novas ações e decisões, nesse sentido se faz necessário discutir a efetivação do planejamento

urbano compreendido em suas instancias como um ato político e necessário ao desenvolvimento futuro de uma dada comunidade, prevendo que caminhos trilhar para chegar a um ideal pretendido. O artigo está estruturado de modo a revelar a problemática e os desdobramentos em linhas gerais dos agentes sociais no processo de produção do espaço; depois um rápido percurso acerca do planejamento urbano no Brasil tendo em vista as suas várias tendências; em seguida aborda o planejamento urbano de Teresina, apresentando uma visão sobre o mesmo; discorre sobre a participação dos agentes sociais na implementação das decisões acerca do planejamento urbano participativo contidos na construção da Agenda 2030 e o Plano Plurianual (PPA 2018–2021) e por fim as considerações finais.

**Os agentes sociais na produção do espaço urbano:** Para compreender o espaço urbano e as várias intervenções urbanísticas provocadas pela ocupação do espaço e pela modificação da paisagem geográfica, é de suma importância observar a cidade como um espaço capitalista constituída, por seus diferentes usos da terra, seja por interesses dos planejadores e políticos que detém o capital financeiro, industrial, comercial, fundiário ou imobiliário, ou por movimentos sociais, que também manifestam interesses em conhecer e atuar sobre as modificações do espaço urbano. Segundo Corrêa (1999, p.7) “O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, por entender que suas partes mantêm relações espaciais com as demais áreas fragmentadas”, estas articulações envolvem manifestações pautadas em investimentos de capital, voltadas a práticas de poder, nesse entendimento observa-se que as relações espaciais se articulam dialeticamente, com as diferentes partes da cidade.

A estratégia urbana baseada nas lutas de movimentos sociais ganhou força política para torna-se atuante na luta contra a segregação social e espacial da sociedade urbana. Nas palavras de Corrêa (1998, p.11):

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um Constante processo de reorganização espacial que se faz, via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso solo, deterioração de certas áreas, renovações urbana, relação diferenciada da infraestrutura e mudanças coercitivas ou não do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

É importante observar que a cada intervenção no espaço urbano, ainda que suas formas espaciais e suas funções tenham mudado, o espaço urbano mantém-se fragmentado e articulado. Assim as desigualdades sociais apontam para um conjunto de estratégia que reflete o interesse dominante dos agentes, que além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaços urbanos. Observa-se que todos os agentes excetos os grupos sociais excluídos, buscam o lucro no processo de produção e modificação do espaço urbano, os agentes sociais ocupantes de áreas pobres ou distantes dos grandes centros urbanos usam apenas a terra, ou seja, utiliza o direito a cidade, Lefebvre (2011, p.105) afirma que:

O direito à cidade e a vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas urbanas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comercio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desse encontro, dessa troca?

Esse pensamento vem de certa forma refletir sobre o uso e ocupação do solo por agentes socialmente excluídos, pois mesmo ocupando às vezes áreas íngremes e alagadiças, há sempre um valor agregado ao espaço urbano, seja ele advindo de ações externas ou por parte do Estado, implantando uma infraestrutura urbana, ou melhorando as unidades habitacionais, desencadeando, uma valorização, que acaba por expulsar alguns atores e atrair outros. O planejamento municipal pode evidenciar interesses conflitantes uma vez que os atores sociais apresentam uma visão ilimitada de seu espaço, não captando a complexidade e relevância dos vários fatores externos decisivos para

o futuro da cidade, no entanto a descentralização e o fortalecimento dos grupos sociais são fatores decisivos na participação e democratização do processo de planejamento, porém essa responsabilidade deve ser compartilhada uma vez que os atores sociais não são capazes de planejar o futuro, mas sim os processos presentes que o afligem dentro do seu espaço urbano fragmentado. Buarque (1999, p.48) contribui dizendo que:

Embora possam ser utilizados vários modelos de participação da sociedade no planejamento e na gestão pública do desenvolvimento local é importante distinguir, conceituar, atores sociais e Estado, formas de organização da sociedade e instancias da participação especialmente para compreender a diferença da lógica e funcionamento dos mesmos.

Percebe se na explanação de Buarque (1999, p.49) a instancia e o foco do planejamento muda de acordo com, os interesses das diferentes instancias de participação da sociedade. Ainda de acordo com Buarque a conceituação dos atores sociais como segmentos diferenciados da sociedade, procurando espaço de influencia no jogo do poder, faz com que as formas de participação dos atores sociais se dividam em 3 conjuntos, a saber:

- I. Corporativo – expresso em diferentes organizações (sindicatos, federações e associações profissionais e empresariais) que apresentam solidariedade temática e perseguem interesses reivindicativos (disputa pela riqueza social);
- II. Comunitários – expresso em associações comunitárias que tendem a ter uma solidariedade territorial e interesses reivindicados em torno de infraestrutura social (disputa pelos excedentes econômicos);
- III. Temáticos – expresso em movimentos sociais que representem visões do mundo e propostas acima dos interesses sociais e territoriais (meio ambiente, direitos civis, etc.) constituindo-se influenciadores de políticas e iniciativas governamentais nas áreas de interesse específico.

Para o autor, essa classificação expressa interesses e visão de um mundo fragmentado, o estado se apresenta com importância jurídico-política, não é um ator social, mas expressa seus interesses diferenciados, sendo a instância da participação que representa justamente os espaços públicos de participação dos atores sociais e de negociação de interesse diferenciado da sociedade.

**Planejamento Urbano no Brasil:** Em pouco mais de 50 anos, saímos de um país majoritariamente rural, onde, por volta de 1950, 33 milhões de pessoas habitavam o campo, contra 19 milhões que habitavam as cidades, cinquenta anos depois, no ano 2000 o país apresentava o inverso, 81% da população total do país estimada em 170 milhões de pessoas moravam em áreas urbanas, segundo dados do IBGE, essa mesma característica foi revelada no Censo demográfico de 2010, onde observou-se um crescimento da população urbana e diminuição da população rural, a população urbana passa a ter então 84% de um total de 190.755.862 ou seja em 10 anos passa de aproximadamente 137 milhões para 161 milhões representando um crescimento de 17,3% já a população rural sai de aproximadamente 32 milhões para 30 milhões representando então um queda de 6,6% no numero de habitantes no espaço rural. Corroborando com estes dados Santos (1993, p. 8), afirma que:

A partir da década de 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva a revolução demográfica dos anos 50, tivemos primeiro uma urbanização aglomerada, com aumento do numero de habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançar anos depois, o estagio de metropolização, com o aumento considerável de números de cidades milionárias e de grande cidades medias em torno de meio milhão de habitantes.

O expoente máximo deste rápido processo de urbanização brasileiro foi à cidade de São Paulo, que no ano 1886, possuía cerca de 48.000

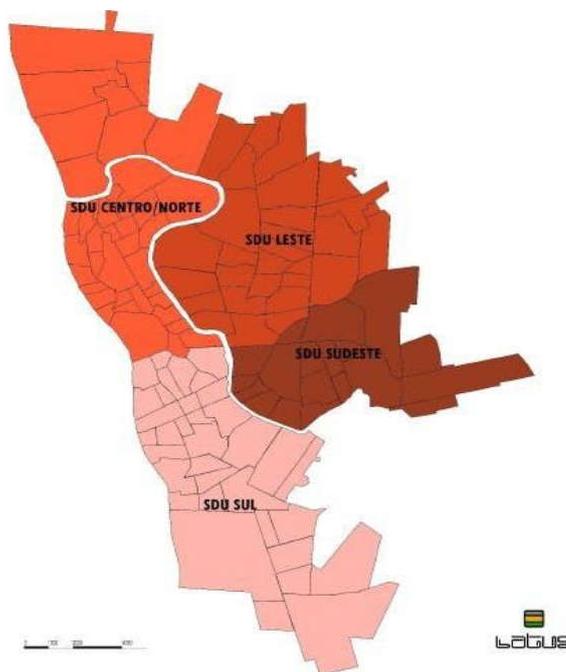
mil habitantes e em 1950 saltou para 1,3 milhões de habitantes, mais isso não foi uma prerrogativa apenas das grandes cidades. Neste mesmo período, observamos, no Brasil, o surgimento de metrópoles mundiais (São Paulo e Rio de Janeiro), metrópoles nacionais e regionais (Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Cuiabá, Porto Alegre e Belém), cidades médias referência em suas regiões, a exemplo de Campina Grande na Paraíba, Feira de Santana na Bahia, Caruaru em Pernambuco, Mossoró no Rio Grande do Norte, Parnaíba no Piauí, Sobral no Ceará entre outras. O crescente número de habitantes, frente às condições de vida por elas oferecidas à população, desencadearam muitos estudos pragmáticos voltados a questão urbana. Na síntese do livro da autora Maricato (2001) “Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.” É asseverado que é possível pensar a gestão urbana com prioridades aos territorialmente excluídos, implementando a participação social no planejamento das cidades, propondo um planejamento real que atenda aos reais interesses da população sem ter que meramente atender aos desejos econômicos. Ao contrário do que muitos pensam o planejamento urbano no Brasil não se inicia na década de 70, período em que o Brasil passa a ser um país majoritariamente urbano. Não obstante no final do século XIX, preocupações com a saúde da cidade - *higienismo* -, voltado à necessidade do rompimento com o passado colonial, a adesão ao moderno e a ascensão de uma nova classe dominante preocupada com o embelezamento das cidades começa a propiciar intervenções no espaço urbano.

Villaça (1999) divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil: o primeiro inicia-se no final do século XIX, por volta de 1875 e vai até o ano de 1930. O segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período e que perdura até os dias atuais. O primeiro período, ou como afirma Villaça (1999), o nascimento do planejamento urbano no Brasil, se dá em 1875, quando a então Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, criada em 1874 pelo Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira, apresenta seu primeiro relatório, e neste se utilizam, pela primeira vez os dois conceitos chaves: o de plano e o de conjunto geral ou global, associados ao espaço urbano. Este é o período dos planos de melhoramentos e embelezamentos. É a proposta da nova classe dominante, que rejeita o passado colonial e usa esse planejamento para impor a sua ideologia. Surgem então as grandes intervenções urbanas, avenidas, praças e monumentos. O segundo período inicia-se na década de 1930, momento da história nacional em que se verifica um aumento na organização e consciência das classes operárias e um consequente enfraquecimento das classes dominantes, fato que se reflete na revolução de 1930, onde não temos um só grupo econômico com hegemonia política, e cujas consequências deste momento, por sua vez, vão se refletir na questão e no planejamento urbano no Brasil. O Terceiro Período tem com marco o ano de 2001, quando entra em vigor o Estatuto da Cidade, Procura-se sair dos planos tecnocráticos, para os planos políticos. Busca-se extrapolar, transpor as barreiras dos escritórios técnicos, e por em discussão (técnica e política) a cidade real, com seus anseios e com vários atores envolvidos. Estabelecem-se diretrizes de política urbana, dando embasamento legal e jurídico para que os municípios produzam leis que se tornem efetivas e que cumpram a função social da cidade e da propriedade urbana.

**Planejamento Urbano no Município de Teresina:** A cidade de Teresina começou a sofrer transformações espaciais significativas a partir da década de 1940, quando nas zonas norte e sul os bairros se multiplicavam. (Figura 01), Já na década de 1950 o desenvolvimento da rede de transportes rodoviários e do setor de comunicações foi fundamental para o crescimento horizontal da cidade. Foram nas décadas seguintes, no entanto, que Teresina, vivenciou o impacto da urbanização agravado, principalmente, pela migração, não só do campo para a cidade, mas também de estados vizinhos.

Em 1969, foi elaborado o primeiro plano diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o qual estabelecia, dentre outras estratégias, a criação de áreas verdes por toda a cidade. Em 1977 foi criado o Primeiro Plano Estrutural de Teresina (I PET), que procurou estabelecer padrões de crescimento.

Mas a cidade é marcada por desigualdades e conflitos sociais, demarcado por “fronteiras socioespaciais de diferentes segmentos da sociedade. Na tentativa de amenizar essas desigualdades de uso, em 1987 foi elaborado o Segundo Plano Estrutural de Teresina (II PET). Na segunda metade da década de 1980 a construção de conjuntos habitacionais, contribui para crescimento de Teresina seguir em várias direções, e as lutas por moradia influenciaram na descentralização da dinâmica urbana, não se conseguia desacelerar o ritmo de crescimento e controlar o uso e a ocupação do solo urbano, Segundo Façanha (1998, p.170), “a tendência relacionada à construção de conjuntos habitacionais da década de 1980 permanece na década de 1990. A diferença é que na passagem da década de 1980 para 1990, ocorre o fenômeno da verticalização.” O agravamento dos conflitos urbanos, marcado pela multiplicação de vilas e favelas em áreas distantes do centro tradicional de Teresina, contribuem para atualização do II PET, através da modificação das leis referentes ao uso e ocupação do solo urbano e à obras e edificações de Teresina (TERESINA, 1993a).



Fonte: Latus 2012.

**Figura 1. Teresina por regiões administrativas**

Tendo em vista esse ritmo de expansão urbana, o governo municipal de Teresina, em 1993, aprova a Lei Orgânica Municipal que estabelece a divisão do território em administrações regionais (Norte, Centro, Sul, Leste e Sudeste), com o objetivo de descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, de modo a garantir maior eficácia no atendimento às comunidades esse foi o embrião para as futuras instalações das Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU's) em todas as zonas da cidade de Teresina. No ano 2000 com a descentralização dos serviços de habitação, urbanismo e meio ambiente e para fins administrativos, foi criada através da Lei N° 2.960 e 2.965 das Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU's) com a finalidade de colocar os serviços públicos mais próximos da população. Com a divisão em: Centro/Norte, Sul, Leste e Sudeste e Rural. A elaboração da Agenda 2015 no ano de 2002 e a elaboração da Agenda 2030, em 2014, reafirmaram a decisão política do gestão pública municipal no sentido de ser solidário com o compromisso assumido pelo governo brasileiro, na conferência da ONU, realizada no Rio de Janeiro (ECO 92). Nesta reunião, junto com outros 176 (cento e setenta e seis) países, o Brasil foi signatário da moção das Nações Unidas que recomendou o planejamento público estratégico, considerando a importância da sustentabilidade, onde seu desenvolvimento fosse resultado de uma ampla consulta popular e que tivessem a preocupação constante da preservação do patrimônio ambiental necessário para atender as atuais e futuras gerações. Atendendo a um

dispositivo do Estatuto das Cidades, foi realizado em Teresina, o Fórum Teresina Participativa, que aconteceu entre os dias 26 e 28 de abril de 2017, as propostas e as discussões do Teresina Participativa foram baseadas em cinco eixos temáticos: inclusão social, qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, produtividade econômica e governança. Todos eles fazem parte da Agenda 2030 e irão ajudar na elaboração da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e do Plano Plurianual 2018-2021.

### Contexto Regional do Município de Teresina dentro do Estado do Piauí

O Território Entre Rios, situado na Macrorregião Meio-norte, ocupa uma área de aproximadamente 19.952 km<sup>2</sup> com uma população residente de cerca de 1.167.710 habitantes (IBGE/2010). Possui densidade demográfica de 58,52 habitantes/km<sup>2</sup>, constituindo com isso, a maior densidade do Estado. Aqui, encontra-se estabelecida a capital do Estado, fato que lhe confere status de relevância, considerando-se sua diversificada dinâmica econômica, social e cultural. Fazem parte do Território 31 municípios, distribuídos em três aglomerados, quais sejam: AG 7 (Alto Longá, Altos, Coivaras, José de Freitas, Lagoa Alegre, Miguel Alves, Nazária, Teresina, União e Pau d'Arco), AG 8 (Beneditinos, Curralinhos, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Miguel Leão e Monsenhor Gil) e AG 9 (Agricolândia, Água Branca, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Olho D'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí e São Pedro do Piauí. Partindo da análise da nova divisão do território piauiense o planejamento urbano de Teresina, realiza seu PPA e Agenda 2030 voltado ao desenvolvimento do Território entre rios (Figura 02), onde se destacam o turismo de negócio a agricultura familiar com os cultivos tradicionais de arroz, milho, feijão e mandioca, inclusive com algumas agroindústrias e a agricultura empresarial, que utiliza tecnologias e insumos no processo mais avançado no cultivo da fruticultura e da cana-de-açúcar para a produção de álcool. Além disso, ocorre também a extração vegetal do coco babaçu, carnaúba e castanha de caju. Na pecuária temos a ovinocaprinocultura, a bovinocultura, avicultura e a apicultura.

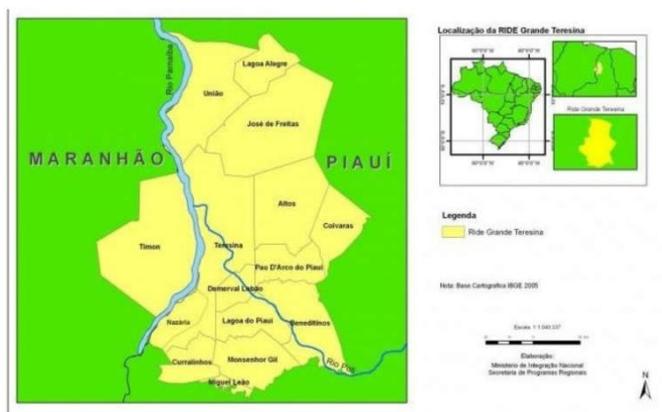


Fonte: SEPLAN/PI, Revista Cidade Verde 2016.

**Figura 2. Piauí - Territórios de Desenvolvimento, com a localização do município de Teresina**

No Território Entre Rios, em função da capital, há prevalência dos setores como comércio e serviços, apresentando-se com as melhores

condições do Estado, tanto em relação à infraestrutura e comunicação, bem como, no acesso a rede pública - saúde, ensino e pesquisa, equipamentos sociais e patrimônios públicos. Pode se inferir que tanto a cidade de Teresina, como o território entre rios apresenta uma alta disparidade com relação à densidade demográfica, tendo em vista a baixa densidade populacional nos demais componentes da região, nos quais (cerca 97%) da densidade demográfica não chega a 50.000 habitantes e, quase 60%, possui população inferior a 10.000 habitantes. Analisando-se a região Entre Rios, constata-se que Teresina possui o melhor IDH do Piauí, apesar de um dos maiores níveis de desigualdade e concentração de riqueza do Brasil, e também de um notável crescimento desordenado da periferia, com aumento substancial do número de ocupações e favelas nos últimos 20 anos. Esse cenário vivenciado também em outras espaços brasileiros levou ao processo de criação de Regiões Metropolitanas e Regiões de Desenvolvimento Integrado (RIDE), como solução para diminuir a saturação populacional recorrente da região sudeste brasileira e construir novas redes de cooperação espalhadas pelo país. Em Teresina a (RIDE) tem como objetivo articular as ações administrativas da União, dos estados e dos Municípios para a promoção de projetos que desenvolver uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento em escala regional, por entender que os investimentos desenvolvem a região contemplando os equipamentos e os serviços públicos, fomentando um ordenamento territorial integrado. A área da RIDE contempla 14 municípios, além de um município no estado do Maranhão, chamado Timon (Figura 03).

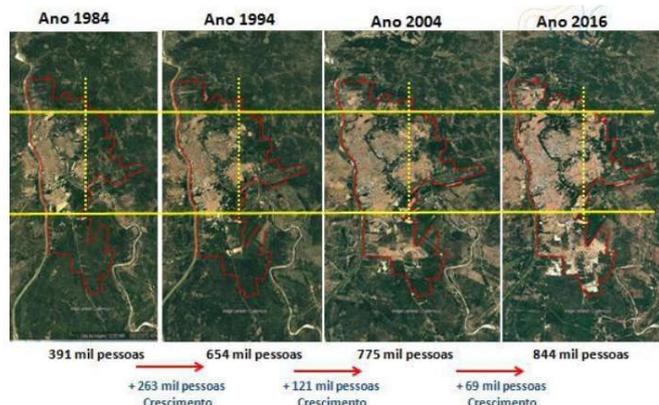


FONTE: SEMPLAN-PI 2012.

**Figura 3. Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina**

Percebe, no entanto que as cidades ficaram ainda mais dependentes umas das outras, no campo político, econômico e social, haja vista que não existe fluxo somente de mercadorias, mas também de mão de obra, dinheiro e influência política. Este relacionamento entre cidades caracteriza-se pela conexão de núcleos urbanos integrados, articulados com predominância de uma cidade central que mantém e autossuficiência através de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, informações e recursos humanos nas diferentes escalas. Esta observação intrínseca ao município de Teresina torna-se perceptível quando nos deparamos com o sistema municipal de saúde, bem como o sistema educacional onde é visível a presença da população das cidades vizinhas que compõem a RIDE de Teresina, fato que ao mesmo tempo em que usam e modificam o espaço urbano também se alimenta das desigualdades produzidas por ele frente ao desenvolvimento das outras cidades. De acordo com dados da Secretaria municipal de planejamento, Teresina possui 123 bairros, ocupando uma área de 265,53 km<sup>2</sup>, divididos em quatro zonas administrativas, essas zonas foram criadas através de decreto de Lei nº 2.960 e 2.965 de Dezembro de 2000, e atualmente são chamadas de SDU's. As Superintendências de desenvolvimento urbano têm como finalidade colocar os serviços públicos mais próximos da população, essa descentralização favoreceu o desenvolvimento das regiões de Teresina uma vez que cada gestor planeja suas ações dentro de seu perímetro, observando sempre as necessidades da população e da cidade. Com a definição do novo

perímetro urbano uma vez que a prefeitura de Teresina também analisou e reformulou o PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial) com a necessidade de adensar cada vez mais o município por entender que a distância entre os bairros acarreta vários desafios a ser superado pelo planejamento urbano municipal, ou seja, a falta de água, de ônibus, de equipamentos públicos de segurança, fez com que o município analisasse o que se pretende para o futuro ao encarar o desafio de planejar uma cidade sustentável e mais igualitária. As zonas que apresenta o maior número de bairros são as zonas norte e sul, isso reflete também no volume de investimentos que o município disponibiliza para cada região tanto no momento da elaboração do PPA quanto para formular as peças orçamentárias LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual). A cidade de Teresina aderiu como signatária ao programa cidade sustentáveis, que tem como prioridade, sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, no censo de 2010 a população de Teresina, atingiu 814.230 pessoas, sendo representada por 46,74% do sexo masculino e 53,26 do sexo feminino, já a projeção para 2016 nos coloca com uma população de 847.430 pessoas. Quanto ao percentual de população residindo nas áreas urbanas e rurais, Teresina apresenta 94,27% da população residindo nas áreas urbana e apenas 5,73% nas áreas rurais, essa crescente inversão de pessoas advindas das zonas rurais, contribuiu para que o município de Teresina adotasse uma postura de planejar a cidade desejada, pois nos últimos 30 anos a ocupação do seu território provocou grandes desafios para o planejamento e a gestão urbana, na (Figura 4)



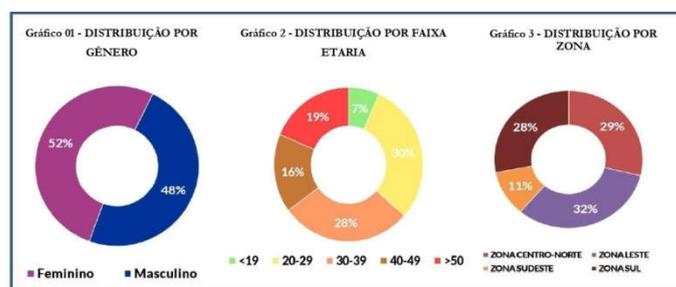
Fonte: SEMPLAN (2016)

**Figura 4. Processo de ocupação do solo urbano de Teresina – 1984 a 2016**

Percebe-se, um crescimento de forma espalhada, tendo reflexos negativos sobre toda a cidade, onde podemos observar as mudanças no aumento do tempo de viagens no transporte público; aumento nas despesas com o lixo urbano; acarretando necessidades de implantação de novos equipamentos públicos, tais como rede de ensino, educação, assistência social, esporte e espaços de lazer; necessidade de investimentos em infraestrutura urbana, com pavimentação, abastecimento de água, no caso da rede de esgoto, a infraestrutura atual, não cobre ainda o existente no ano de 1984.

**As questões operacionais na construção da Agenda 2030 e do PPA do quadriênio 2018 – 2021 em Teresina:** Numa perspectiva metodológica que vise proporcionar um planejamento urbano participativo, que fortaleça a autonomia e a capacidade crítica e envolva os atores sociais nas tomadas de decisões, é importante identificar as técnicas utilizadas para envolver os diversos agentes e os técnicos responsáveis pelo planejamento. É nessa perspectiva que observamos a construção da agenda 2030 e do PPA 2018-2021 em Teresina. A Secretaria Municipal de Planejamento garantiu a participação das 30 secretarias da prefeitura de Teresina, na elaboração do PPA, ao todo foram 20 reuniões para planejar o projeto

que a prefeitura pretendia para o quadriênio, duas grandes reuniões foram realizadas nos dias 29/03 e 19/04 de 2017 onde os órgãos foram divididos nos 05 eixos contemplados na agenda 2030. Cada órgão deveria indicar um representante para formar um grupo de debate dentro dos eixos e que culminaria na apresentação das propostas a população na tarde do dia 27 de Abril no auditório da FIEP. Entre os dias 26 a 28 de abril de 2017 no auditório da FIEP aconteceu o Fórum Teresina participativa que contou com a participação de 100 servidores na organização do evento, além do fórum a prefeitura disponibilizou uma VAN que percorreu 32 pontos da cidade de Teresina, manteve também 6 (seis) pontos fixos para votação nas propostas do PPA, além de 36 dias de votação no aplicativo *Colab*. Ao todo entre participação *on-line* e presencial a prefeitura coletou 1.119 propostas para ser inserida no PPA-2018 – 2021, no dia 06 de julho de 2017, foram encaminhadas as secretarias para serem incluídas nas propostas do planejamento urbano de Teresina, observando sempre um dos 5 (cinco) eixos da agenda 2030. Para uma maior análise da magnitude da tarefa de elaborar um planejamento que dure 04 (quatro) anos e que tenha objetivos definidos através de uma gestão voltada a um controle mais democrático dos recursos disponíveis, fez-se necessário caracterizar a participação da população do município de Teresina no planejamento urbano municipal. Assim os (gráficos 01, 02 e 03) nos revela o perfil da população que participou das consultas por gênero, faixa etária e zonas do município de Teresina.



Fonte: SEMPLAN (2014)

Observou-se uma maior participação das mulheres no planejamento urbano de Teresina, isso é reflexo da composição de gênero na cidade de Teresina que apresenta 53 % da população do sexo feminino, a faixa etária que mais participou foi o grupo compreendido entre 20 e 29 anos, e a zona mais participativa foi a região norte com 29 % de participação. Apenas pra efeito de debate, vale lembrar que a cidade de Teresina nasceu justamente nessa região com a conhecida Vila do Poti, as margens do rio Poti. O município de Teresina realizou sua primeira versão de PPA em 2009, voltado aos anos de 2010 – 2013, atendendo a um disposto §1º, do art. 167 da Constituição Federal: Onde, “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem previa inclusão no Plano Plurianual – PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”. Em seu segundo PPA, a prefeitura de Teresina ofertou um seminário aberto ao público e aos funcionários envolvidos na elaboração das peças orçamentárias, o evento ocorreu num Grande hotel de Teresina com o nome de “Pensar + Teresina” onde de forma sucinta os técnicos da Secretaria de Planejamento do Município elencaram os avanços e as conquistas do PPA anterior e o que se desejava para o PPA de 2014 – 2017, dessa forma surgiu um documento com os diagnósticos de toda a cidade, que serviriam para análises futuras.

Em sua terceira versão o PPA 2018 – 2021 desejando se enquadrar as novas leis e tornar o a construção e elaboração não somente um evento participativo, mas que toda a sociedade civil pudesse contribuir, refletindo sobre as reais necessidades da cidade, foi realizado entre os dias 26 e 27 de abril de 2017 no prédio da FIEP (Federação da Indústrias do Estado do Piauí ) o Fórum “Teresina Participativa” que contou com o envolvimento de funcionários da prefeitura de Teresina, técnicos da secretaria de planejamento municipal, presidentes de associações, representantes de ONGs, representantes de órgãos como: (IBAMA, MPE, MPF, TCE, CMT, CREA, CAU, UFPI, UESP, UNINOVAFAP). O evento Teresina

participativa foi o pontapé inicial para as discussões de dois planos muito importantes para a prefeitura de Teresina, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial Urbano – PDOT e o Plano Plurianual – PPA 2018 – 2021, após as discussões e os debates presenciais nas plenárias, foi aberto uma consulta pública por meio do aplicativo *Colab*, momento onde a população respondeu a questionários interativos e apresentaram sugestões; estas sugestões foram analisadas e encaminhadas a técnicos das Secretaria de planejamento que faziam uma triagem e enviava as secretarias responsável pela demanda, afim de encaixar as solicitações de acordo com cada um dos eixos da agenda 2030. Os eixos e temas da agenda 2030 foram considerados prioritários na elaboração das diretrizes do PPA 2018-2021, em função das preocupações e dos sonhos da comunidade teresinense que serviram de base para a elaboração do Plano de Governo e do PPA. A agenda 2030 é uma atualização da agenda 2015, onde os dados analisados produziram um diagnóstico com os avanços e os desafios para os próximos 15 anos, sendo assim foi realizado 12 oficinas de trabalhos com aproximadamente 1.000 pessoas; foram consultados dirigentes de órgãos públicos que tinham atividades no município; ouviu-se lideranças de organizações civis que enfrentam os desafios cotidianos; técnicos e especialistas de fundações e universidades que estudam a realidade e participam ativamente procurando soluções para uma sociedade cada vez mais justa e igualitária, a reformulação da agenda 2030 também foi enriquecida pela consulta aos mais diversos documentos do acervo municipal de Teresina. Portanto a agenda 2030 é uma síntese das experiências da agenda 2015 com ideias, interesses e sonhos da sociedade para os próximos 15 anos, A agenda tem como título “A CIDADE DESEJADA” partindo de uma análise sobre a cidade que somos descrevendo o que se pretende para a cidade até o ano 2030, foram desenvolvidos 05 (cinco) eixos de modo a contemplar todas as áreas de desenvolvimento da cidade de Teresina, na ocasião, o então secretário a época Washington Luis de Sousa Bonfim, discursou dizendo que: “O objetivo da agenda 2030 é manter as conquistas da agenda 2015 e seguir construindo uma cidade para as pessoas: ambientalmente sustentável e, socialmente inclusiva e economicamente justa.” Percebe-se na fala do secretário o desejo de construir uma cidade planejada em que a população do município de Teresina se orgulhe em vencer as inúmeras dificuldades impostas pela crescente urbanização da cidade.

Para uma maior análise a cerca dos eixos e dos objetivos da agenda 2030, os dados foram dispostos conforme os eixos: Cidade Sustentável (Saneamento Básico, Habitação e situação fundiária, Infraestrutura urbana, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente); Cidade de oportunidades (Desenvolvimento econômico, Economia informal e economia solidária e Desenvolvimento Rural); Cidade de Direitos (Saúde, Educação e Assistência Social); e por fim eixo Governança Eficiente. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN, a prefeitura de Teresina também utilizou dados estatísticos das publicações do IBGE, IPEA, Ministérios Federais (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e Trabalho) organismos internacionais via internet, informações obtidas junto a instituições públicas e privadas do estado do Piauí, onde os dados serviram de base para a elaboração do PPA do Quadriênio 2018 – 2021. Para uma maior análise dos fatores internos e externos a prefeitura recorreu a fatos nos últimos 15 anos, por entender que eles repercutem de forma direta no planejamento municipal. Os fatores externos elencados foram Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257/2001; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programa Minha Casa Minha Vida com a construção de mais 20 mil unidades habitacionais; Declaração de Quito, que define as diretrizes da Nova Agenda Urbana para o desenvolvimento de cidades sustentáveis; Acordos de Paris, que tem como objetivo evitar o aumento do aquecimento global, Agenda ODS 2030: Políticas para o desenvolvimento sustentável estabelecidas pela ONU. Quantos aos fatores internos foram elencados Agenda 2015, Plano Diretor de Teresina, Início do Programa Lagoas do Norte – Fase I; Plano Diretor Transporte e Mobilidade Urbana; Plano Diretor de Drenagem Urbana; Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS); Elaboração e aprovação do PPA 2014 a 2017; Captação de recursos para obras de Mobilidade Urbana; Licitação do Sistema de Transportes Públicos; Construção dos Terminais de Integração e Corredores exclusivos

Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI); Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB); Legislação: Perímetro Urbano, Calçadas, Obras, Drenagem e IPTU Progressivo; Agenda Teresina 2030; Programa de Mod. Administração Tributária – PMAT; Adesão da Prefeitura de Teresina ao ODS 2030; Programa Lagoas do Norte – Fase II; Elaboração do PPA 2018 a 2021; Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. A análise desses fatores por parte dos envolvidos na elaboração do PPA o torna um instrumento voltado às demandas e necessidades futuras do município, portanto conhecer a infraestrutura física do município de Teresina faz com que se tenha uma visão macro do que se pretendem melhorar, assim o PPA reflete as metas e as iniciativas a serem alcançadas num período curto de 4 anos, onde de acordo com o decreto de Lei nº5.135 de 22 de Dezembro de 2017 dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2018 – 2021.

**Art. 6º** O PPA 2018-2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Setoriais ao Município, assim definidos: Programa Setorial – que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.

**Art. 7º** O Programa Setorial surge dos objetivos de governo e organiza as Metas e iniciativas.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I – Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do objetivo;

II – Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, são materializadas pelas iniciativas;

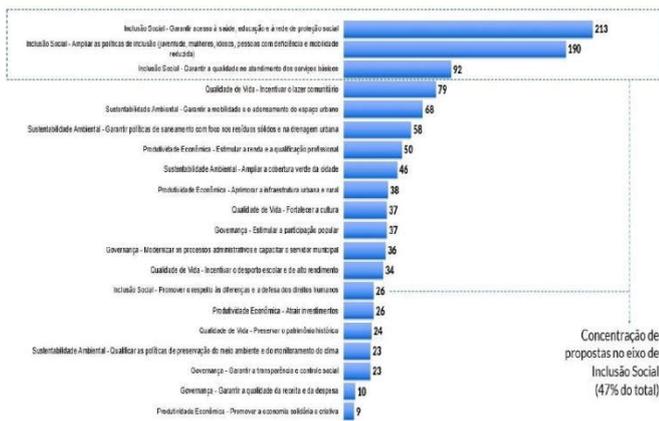
III – Iniciativas: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a uma Meta, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

Observou-se na proposta de Lei que as necessidades no PPA participativo foram analisadas e confrontadas com o diagnóstico e perspectivas do município de Teresina e transformadas em Metas e Iniciativas que resultarão em dados qualitativos e quantitativos de bens e serviços entregues a população.

#### **Inovação Tecnológica do Planejamento Urbano de Teresina.**

Com a premissa de tornar a participação popular uma prioridade no processo de planejamento urbano municipal e tornar as prioridades da população o foco central de seu desenvolvimento, a prefeitura de Teresina, optou por inserir as decisões da população de forma a pensar o futuro em obras e serviços. Inicialmente a fase de engajamento da Prefeitura contou com 20 reuniões entre os técnicos responsáveis pelo direcionamento do PPA participativo, além disso, houve 13 palestras em comunidades, universidades, associações e instituições da sociedade civil, para isso a prefeitura envolveu 30 secretarias, 100 servidores que participaram na organização do Evento Teresina Participativa, que contou com 32 pontos de mobilização, através de uma Van que percorreu vários pontos públicos da cidade, além de disponibilizar 6 secretarias através do aplicativo *Colab*, na qual este aplicativo ficou 36 dias aberto coletando os dados junto a população para a elaboração do PPA 2018-2021. O engajamento do cidadão no projeto de planejamento participativo contou com 1.995 participações feitas pelos municípios tanto *online* quanto presencial, esse dado ainda que pequeno revela a distância em que encontra-se a gestão municipal dos cidadãos que ainda não estão acostumados com esta nova metodologia de planejamento, nesse mesmo período 126.739 municípios foram impactados pelo *Facebook*. Após análise, observou-se que o número de cidadãos cadastrados 5.663 difere do número de propostas, 1119. Para uma maior análise acerca da participação das cidades em relação às propostas, o (gráfico 04) nos mostra que o maior percentual de propostas é encontrado no eixo inclusão social.



FONTE: SEMPLAN 2014.

Gráfico 4. Propostas por eixo

Isso nos revela uma característica básica de nossa formação enquanto cidadãos de direito, optar sempre por políticas assistencialistas em detrimento as demais áreas de desenvolvimento, corroborando com o cenário atual onde a população em geral por não ter os mesmos acessos quanto a itens básicos opta por uma ideologia velha que geralmente é vendida como moeda de troca, sendo ela um direito garantido: O acesso à saúde, educação e proteção social pelo Estado. A prefeitura de Teresina divulgou as inscrições do evento Teresina Participativa em vários canais de comunicação, 5 (cinco) TVs ( TV Clube 68 inserções, TV Cidade Verde 74 inserções, TV Antena 10, 64 inserções, TV Meio Norte 146 inserções e TV Band 77 inserções). Nas emissoras de radio foram 360 inserções, na The FM e FM Meio Norte, 329 inserções na rádio Difusora, 341 na rádio Pioneira, 174 na rádio Cidade Verde e 396 na FM Cultura. O evento também foi divulgado em 11 plataformas digitais, Cidade verde, Teresina Diário, Portal GP1, Teresina Capital Jurídico, Portal Az.com, Portal Oitomeia, Portal 180 Graus, Portal Meio Norte, Nordeste em Pauta, Política Real e Política Dinâmica. Também houve divulgação nos jornais impressos de grande circulação na cidade de Teresina, Diário do Povo e Jornal o Dia 4 inserções e Jornal Meio Norte 10 inserções, a divulgação contou ainda com 22 placas de mídias externas e 11 Outdoors espalhados nas grandes avenidas de Teresina. (Figura 05). Ainda na fase de comunicação, 98 anúncios no *Facebook*, mesclando *Desktop* e *Mobile* voltado para instalações dos *apps*. Redirecionando tanto pra página do Teresina participativa quanto para a instalação do aplicativo *Colab*. Esses anúncios atingiram 126.739 pessoas que tiveram alguma impressão acerca da divulgação, dessas 8.792 pessoas executaram alguma ação, curtindo, comentando ou clicando. Totalizando 4.296 cliques em links. De certa forma a prefeitura de Teresina inovou na elaboração do planejamento urbano, pois disponibilizou as seguintes plataformas: Aplicativo *Colab* (IOS, Android) Site do *Colab* ([www.colab.re](http://www.colab.re)) e um *hotsite* ([www.teresinaparticipativa.com.br](http://www.teresinaparticipativa.com.br)) este *hotsite* serviu tanto para a inscrições quanto pra divulgação dos eixos das palestras.



Figura 5. Material de divulgação do Seminário Teresina Participativa

**Fonte Semplan:** O conceito de cidades inteligentes estando ligada a ideia recente de inovação tecnológica discutida e disseminada tanto em escala local quanto em escala mundial, as cidades são cada vez mais fragmentadas, porém conectadas. A ideia é que abordem o tema sustentabilidade para cidade do futuro por entender que inúmeras inovações e diferentes formas de olhar e pensar a cidade. Em Teresina culminou na evolução da eficiência e eficácia dos recursos,

intencionando colocar a tecnologia parte integrante na elaboração de planejamentos urbano promovendo medidas de desenvolvimento voltadas a sustentabilidade. O discurso da Gestão e dos técnicos é que a proposta e de dar voz ao cidadão, para que ele se envolva de forma colaborativa com a gestão urbana, onde o aplicativo *Colab* e o diferencial, ao permitir que os usuários reportem em seu perfil, problemas encontrados no cotidiano e proponham soluções e novos projetos, o aplicativo permite ainda avaliar os serviços públicos. Segundo dados da secretaria Municipal de Planejamento do município de Teresina, antes de ser aberta ao público para a participação, a equipe do *Colab* juntamente com a equipe de técnicos do planejamento envolvidos na tarefa de elaboração do evento Teresina participativa, realizaram reuniões para alinhamento das perguntas, foram realizados testes de respostas e compreensão de conceitos com pessoas com ou sem formação superior, a fim de simplificar as perguntas do questionário, durante todo o processo 12 versões foram geradas até chegar à consulta que foi aberta a população. (Figura 06)



FONTE: SEMPLAN 2017.

Figura 6. Interface do aplicativo COLAB em material de divulgação

Os munícipes respondendo a 29 perguntas, sendo 01 aberta e 28 de múltipla escolha, distribuídas em 3 grupos (Leitura de Bairros 9 questões, Leitura da Cidade 13 questões e instrumentos de planejamento 6 questões) após 36 dias de votação aberta a análise desses dados serviram de base para a realização do planejamento, bem como também deu suporte na disponibilização dos dados para gestão pública da cidade de Teresina.

**Considerações Finais**

A partir de pesquisas e análises sobre o planejamento urbano municipal da cidade de Teresina, foi possível observar que a prefeitura reconhece a importância dos vários segmentos da sociedade no momento de elaborar seu planejamento urbano, ao incluir suas demandas e necessidades, fazendo um planejamento participativo e ao mesmo tempo colaborativo, ao envolver toda a sociedade num processo dialógico de análise da realidade e de interação com o sujeito a quem se destina o planejamento. Foi possível perceber que assim como outras cidades, Teresina vem percebendo a importância de elaborar um planejamento que esteja mais próximo dos interesses sociais e que o planejamento deve ser menos tecnocrático, se distanciando assim dos planejamentos passados voltado apenas a embelezar cidade, e não se preocupando com os problemas decorrentes da urbanização e seus inúmeros efeitos na construção do espaço. Para a tarefa de elaborar o planejamento, Teresina se debruçou sobre o diagnóstico da cidade, onde foi possível aferir dados sobre a população entre outros números que são de suma importância para planejar as ações futuras, haja visto que o planejamento e realizado para um período de 4 (quatro) anos 2018 -2021, Teresina também elabora o seu planejamento, olhando as diretrizes do estatuto das cidades e das metas previstas no programa cidades sustentáveis, tendo em vista que a mesma é signatária. A agenda 2030 continuação da agenda 2015, veio como diretriz e um norte para a tarefa de elaborar o plano plurianual PPA 2018-2021, com mais eficiência para isso a agenda 2030 com o título “A CIDADE DESEJADA” se divide em 5 (cinco) eixos de modo a contemplar todas as áreas de desenvolvimento da cidade, esses eixos são de certa forma a pedra angular do planejamento pois observa se que a gestão publica de Teresina tem todo um cuidado em transpor para a sociedade os objetivos pretendidos, assim desta forma a proposta de Lei nº 5.135 de 22 de Dezembro de 2017 que versa sobre o Plano Plurianual

2018-2021, pretende transformar as metas e iniciativas sugeridas pela sociedade em dados quantitativos e qualitativos de entrega de bens e serviços a população. A intensificação dos problemas urbanos fez com que a população participasse ativamente na elaboração do planejamento urbano, observou-se que um grande número de pessoas presentes nas plenárias e no evento Teresina participativa fez com que a prefeitura se preparasse para a tarefa de inovar. Para este planejamento vários canais de comunicação foram utilizados em especial o aplicativo *Colab*, que fez a ponte entre o cidadão e aqueles responsáveis pela elaboração do planejamento. O aplicativo *Colab* além de um fiscalizador das demandas da sociedade, funcionou como uma ferramenta de apoio ao planejamento, pois ficou aberto durante um mês colhendo informações das mais diversas, sobre as necessidades futuras da cidade e que depois resultaram num documento onde foi possível analisar os reais interesses dos vários agentes envolvidos no planejamento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 10.257/2001- Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: [S.n], 2001.
- BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável / Brasília: instituto interamericano de Cooperação para a agricultura (IICA) 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato, O espaço Urbano, São Paulo: Editora Ática, 1989.
- DEÁK, Csaba (a). O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004, pp. 10 a 18.
- FAÇANHA A. C. Evolução Urbana em Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Dissertação. Mestrado em Geografia. Departamento de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998;
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Ipea, 2010.
- LEFEBVRE, Henry. O direito a cidade, Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2011.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204 p.
- PENNA, Nelba Azevedo. Empreendedorismo e planejamento urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: PEREIRA, Elson Manoel (org.). Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, Elson Manoel (org.). Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473 p.
- SOUZA, Marcelo. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004, pp. 169 a 243.
- ZANELLA, Liane C. H. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

\*\*\*\*\*